

A INFLUÊNCIA DO FATOR SOCIOECONÔMICO NA ESCOLHA DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: REVISÃO INTEGRATIVA

THE INFLUENCE OF SOCIOECONOMIC FACTORS ON THE CHOICE OF CONTRACEPTIVE METHODS BY WOMEN IN SITUATIONS OF SOCIAL VULNERABILITY: AN INTEGRATIVE REVIEW

LA INFLUENCIA DE LOS FACTORES SOCIOECONÓMICOS EN LA ELECCIÓN DE MÉTODOS ANTICONCEPTIVOS POR PARTE DE MUJERES EN SITUACIONES DE VULNERABILIDAD SOCIAL: UNA REVISIÓN INTEGRADORA

Laleska Luiza da Silva Aguiar¹
Jessica Emily Rodrigues Braz²
Estefânia Aparecida Borges Pereira de Sousa³

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar a influência dos fatores socioeconômicos na escolha de métodos contraceptivos por mulheres em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio de busca nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH). Foram incluídos estudos publicados nos últimos anos, disponíveis na íntegra e relacionados à temática proposta. A análise evidenciou que fatores como renda, escolaridade, acesso aos serviços de saúde e localização geográfica influenciam diretamente as escolhas contraceptivas. Observou-se que mulheres em maior vulnerabilidade tendem a utilizar métodos menos eficazes ou definitivos, muitas vezes por falta de acesso à informação e aos serviços de saúde. Além disso, barreiras estruturais e sociais limitam o exercício da autonomia reprodutiva. Conclui-se que, embora exista oferta de métodos contraceptivos no sistema público de saúde, persistem desigualdades que impactam negativamente a saúde reprodutiva, sendo necessária a implementação de políticas públicas mais eficazes e equitativas.

Palavras-chave: Contraceção. Vulnerabilidade social. Determinantes sociais da saúde.

ABSTRACT: This study aimed to analyze the influence of socioeconomic factors on the choice of contraceptive methods among women in situations of social vulnerability. This is an integrative literature review conducted through searches in the Virtual Health Library databases, using Health Sciences Descriptors (DeCS) and Medical Subject Headings (MeSH). Studies published in recent years, available in full text and related to the proposed theme, were included. The analysis revealed that factors such as income, education level, access to health services, and geographic location directly influence contraceptive choices. It was observed that women in vulnerable situations tend to use less effective or definitive methods, often due to limited access to information and healthcare services. Furthermore, structural and social barriers restrict reproductive autonomy. It is concluded that, although contraceptive methods are available in the public health system, inequalities persist, negatively impacting reproductive health, highlighting the need for more effective and equitable public policies.

Keywords: Contraception. Social vulnerability. Social determinants of health.

¹Estudante - Graduação em Enfermagem, Centro Universitário Sul-Americano.

²Estudante - Graduação em Enfermagem, UNIFASAM - Centro Universitário Sul.

³Professora/Orientadora Especialista, UNIFASAM - Centro Universitário Sul-Americano - professora.

RESUMEN: Este estudio tuvo como objetivo analizar la influencia de los factores socioeconómicos en la elección de métodos anticonceptivos por mujeres en situación de vulnerabilidad social. Se trata de una revisión integradora de la literatura, realizada mediante búsqueda en bases de datos de la Biblioteca Virtual en Salud, utilizando descriptores en Ciencias de la Salud y Medical Subject Headings. Se incluyeron estudios publicados en los últimos años, disponibles en texto completo y relacionados con la temática propuesta. Los resultados evidenciaron que factores como ingresos, nivel educativo, acceso a los servicios de salud y localización geográfica influyen directamente en la elección de los métodos anticonceptivos. Se observó que las mujeres en situación de vulnerabilidad tienden a utilizar métodos menos eficaces o definitivos, debido a la falta de acceso a información y servicios de salud. Se concluye que, a pesar de la disponibilidad de métodos anticonceptivos en el sistema público, persisten desigualdades que afectan la autonomía reproductiva, siendo necesarias políticas públicas más equitativas y eficaces.

Palabras clave: Anticoncepción. Vulnerabilidad social. Determinantes sociales de la salud.

INTRODUÇÃO

A saúde sexual e reprodutiva é um direito fundamental que garante o acesso a informações, serviços e escolhas relacionadas ao próprio corpo. Nesse contexto, os métodos contraceptivos desempenham um papel essencial, pois permitem o planejamento familiar, a prevenção de gestações não planejadas e a redução de riscos associados a complicações obstétricas. Estudos indicam que embora existam diversos métodos disponíveis, a escolha contraceptiva ainda está fortemente associada aos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) (Ferreira *et al.*, 2019; Araújo, Abreu, Felisbiano, Mendes, 2023).

Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) referem-se a fatores sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais que influenciam diretamente a saúde das populações. A atuação sobre esses determinantes é fundamental para a promoção da saúde e redução das desigualdades, sendo uma responsabilidade compartilhada entre diferentes setores da sociedade e do governo (FIOCRUZ, 2025).

Nesse sentido, a compreensão dos Determinantes Sociais da Saúde pode ser aprofundada a partir do modelo teórico de Whitehead e Dahlgren, que organiza esses determinantes em diferentes camadas inter-relacionadas, incluindo fatores individuais, redes sociais, condições de vida e trabalho e aspectos macroestruturais, como políticas públicas e contexto econômico. Esse modelo evidencia que a saúde não é resultado de um único fator, mas da interação complexa entre múltiplas dimensões, o que permite compreender que a escolha dos métodos contraceptivos está inserida em um contexto ampliado, influenciado por

condições estruturais e sociais que vão além da decisão individual (Whitehead; Dahlgren, 2006).

Entre esses determinantes, destacam-se os fatores socioeconômicos, que correspondem a um conjunto de aspectos sociais e econômicos, por exemplo, nível de renda, escolaridade, ocupação profissional, condições de moradia e acesso a serviços essenciais. Tais determinantes influenciam os estilos de vida, disponibilidade de recursos e oportunidades gerando desigualdades em todos os setores individuais e coletivos (Osawa *et al.*, 2023).

Nesse contexto, a vulnerabilidade social pode ser compreendida como a condição de indivíduos ou grupos que se encontram em situação de fragilidade diante de riscos sociais, econômicos e ambientais, com menor capacidade de resposta e proteção frente a adversidades. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que a vulnerabilidade está relacionada à exposição a riscos e à limitação de recursos e oportunidades que garantam bem-estar e qualidade de vida. Além disso, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada destaca que esse conceito não se restringe à insuficiência de renda, abrangendo também fatores como acesso à educação, saúde, moradia, trabalho digno e redes de proteção social, evidenciando seu caráter multidimensional e sua relação com desigualdades estruturais e dificuldades de mobilidade social (ONU, 2016; IPEA, 2018).

Diante disso, a fase reprodutiva da mulher é compreendida como o período em que ela possui capacidade biológica para engravidar. No Brasil, o Ministério da Saúde define essa faixa etária entre 10 a 49 anos, enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) adota o intervalo de 15 a 49 anos para fins estatísticos e políticas globais. Durante essa fase, garantir o acesso a métodos contraceptivos seguros e gratuitos é fundamental para promover a saúde e os direitos reprodutivos (Brasil, 2004; OMS, 2024).

Dessa forma, o acesso à informação em saúde e à educação sexual qualificada constitui um fator determinante para o exercício da autonomia reprodutiva, uma vez que possibilita escolhas mais conscientes e seguras. A ausência deste acesso contribui para a perpetuação de desigualdades e limita a capacidade de decisão das mulheres, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social (Brasil, 2009; OMS, 2010).

No Brasil esse acesso é assegurado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), como parte da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que busca ampliar o planejamento reprodutivo. A realidade social de muitas mulheres influencia

diretamente suas possibilidades de escolha e cuidado com a própria saúde reprodutiva, quando o acesso à educação e renda são limitados, surgem barreiras que vão além do aspecto financeiro. Nesse contexto, é comum que mulheres em situação de vulnerabilidade recorram a métodos contraceptivos definitivos por escolha própria, influência de terceiros ou muitas vezes, por não conseguirem acessar outras opções mais seguras e reversíveis (Brasil, 2004).

A compreensão da influência dos fatores socioeconômicos na escolha de métodos contraceptivos por mulheres em idade reprodutiva mostra-se fundamental para evidenciar como as desigualdades sociais impactam diretamente o acesso, à informação e a autonomia no planejamento reprodutivo. Nesse sentido, esta investigação se justifica pela necessidade de identificar os principais obstáculos que atravessam esse processo, considerando que condições como renda, escolaridade e acesso aos serviços de saúde não apenas limitam, mas também direcionam as escolhas contraceptivas, reforçando iniquidades e comprometendo o exercício pleno dos direitos sexuais e reprodutivos.

MÉTODOS

O estudo consistiu em uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa e descritiva, permitindo reunir, analisar e sintetizar resultados de pesquisas relevantes sobre o tema, o que possibilita uma compreensão mais ampla e aprofundada da realidade investigada, conforme proposto por Mendes, Silveira e Galvão (2008). Para o delineamento da pesquisa, foi utilizada a estratégia PICO, em que o problema correspondeu a mulheres em situação de vulnerabilidade social, a intervenção à escolha de métodos contraceptivos, a comparação ao uso desses métodos em diferentes níveis socioeconômicos e o desfecho à influência dos fatores socioeconômicos nessa escolha. A partir disso, definiu-se como questão norteadora: como os fatores socioeconômicos influenciam a escolha dos métodos contraceptivos entre mulheres em situação de vulnerabilidade social.

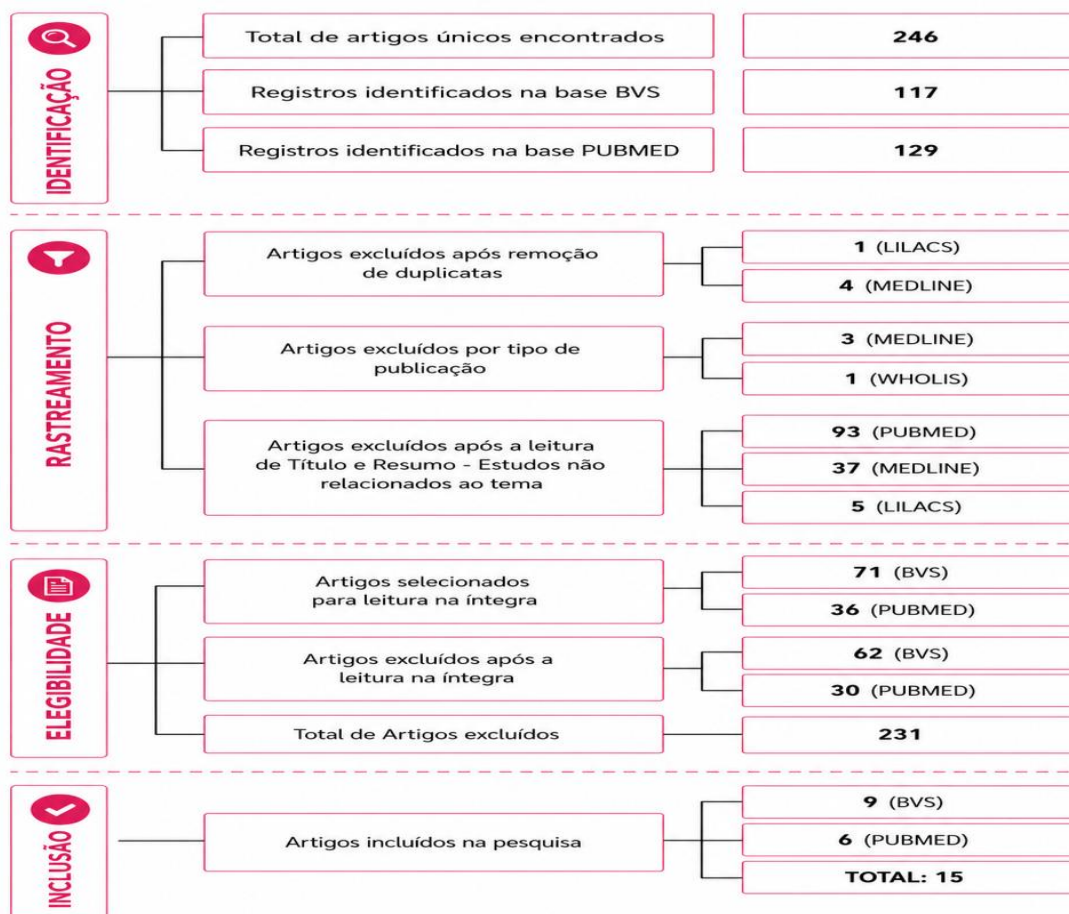
A coleta de dados foi realizada nas bases Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed, utilizando descritores dos DeCS e MeSH. Foram empregados os termos “nível socioeconômico”, “planejamento familiar” e “contracepção”, combinados com o operador booleano AND, tanto em português quanto em inglês, estruturando a busca como “nível socioeconômico” AND “planejamento familiar” AND “contracepção” e “Socioeconomic level” AND “Family planning” AND “Contraception”.

Foram incluídos artigos completos, gratuitos, publicados nos últimos cinco anos, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem métodos contraceptivos utilizados por mulheres em idade reprodutiva considerando fatores socioeconômicos e contexto de vulnerabilidade social. Foram excluídos trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, revisões integrativas, artigos duplicados e estudos que não apresentavam relação direta com o tema.

A análise dos dados iniciou-se com a organização das informações em planilha no Microsoft Excel 2016, estruturada em abas correspondentes às bases BVS e PubMed, contendo identificação dos estudos, título, ano de publicação, base de origem e classificação quanto à inclusão ou exclusão, com suas respectivas justificativas, garantindo maior controle, rastreabilidade e padronização do processo. Em seguida, a análise seguiu as etapas do fluxograma PRISMA. Na fase de identificação, foram encontrados 246 artigos únicos, sendo 117 da BVS e 129 da PubMed. Na etapa de rastreamento, foram removidas duplicidades e excluídos estudos por tipo de publicação, resultando na exclusão de um estudo da LILACS e quatro da MEDLINE por duplicidade, além de três da MEDLINE e um da WHOLIS por não atenderem aos critérios estabelecidos. Posteriormente, realizou-se a leitura de títulos e resumos, com exclusão de 135 artigos por não se relacionarem ao tema.

Na fase de elegibilidade, 107 estudos foram selecionados para leitura na íntegra, sendo 71 provenientes da BVS e 36 da PubMed. Após essa etapa, 92 artigos foram excluídos por não atenderem integralmente aos critérios de inclusão, totalizando 231 estudos excluídos ao longo do processo. Ao final, 15 artigos compuseram a amostra da pesquisa, sendo 9 da BVS e 6 da PubMed. Esses estudos foram analisados de forma descritiva e comparativa, permitindo a síntese das evidências científicas e a identificação dos principais fatores socioeconômicos que influenciam a escolha de métodos contraceptivos por mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos segundo o modelo PRISMA



Fonte: Próprio autor e PRISMA, 2020

RESULTADOS

Foram incluídos 15 estudos nesta revisão, publicados entre 2020 e 2025, com predominância de delineamentos transversais e análises baseadas em grandes inquéritos populacionais, especialmente dados do Demographic and Health Surveys (DHS). Os estudos foram conduzidos majoritariamente em países de baixa e média renda, com diferentes contextos socioculturais, incluindo países africanos, asiáticos, europeus e o Brasil, permitindo uma análise abrangente das desigualdades no uso de métodos contraceptivos (Blumenberg *et al.*, 2020; Ahinkorah *et al.*, 2020; Galvão; Leão, 2025), conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa

Autores	Título	Ano de publicação	Metodologia	Objetivo
AHINKORA H et al.	Fatores socioeconômicos e demográficos que predizem a necessidade não atendida de contracepção entre mulheres jovens na África Subsaariana: evidências de pesquisas transversais.	2020	Estudo transversal com regressão logística multivariada	Identificar determinantes socioeconômicos da necessidade não atendida de contracepção
BLUMENBERG et al.	Desigualdades sociodemográficas e econômicas no acesso a métodos contraceptivos modernos em 11 países de baixa e média renda: uma análise das pesquisas PMA2020.	2020	Estudo transversal multicêntrico com análise comparativa	Avaliar desigualdades socioeconômicas no uso de contraceptivos em países de baixa e média renda
NYARKO et al.	Variações espaciais e determinantes socioeconômicos do uso de contraceptivos modernos em Gana: uma análise multinível Bayesiana.	2020	Estudo transversal com análise multinível bayesiana espacial	Investigar variações espaciais e determinantes socioeconômicos do uso de contraceptivos
AKINYEMI et al.	Desigualdades socioeconômicas e utilização de planejamento familiar entre adolescentes do sexo feminino em favelas urbanas na Nigéria.	2022	Estudo transversal com análise de regressão logística utilizando dados secundários	Avaliar a associação entre status socioeconômico e utilização de planejamento familiar entre adolescentes em áreas urbanas vulneráveis da Nigéria
SHABUZ et al.	Relação entre necessidades não atendidas e situação econômica em Bangladesh: disparidade entre áreas urbanas e rurais.	2022	Estudo transversal com análise de regressão	Examinar a relação entre nível econômico e necessidade não atendida de contracepção
FENTIE et al.	Desigualdade socioeconômica no uso de contraceptivos modernos entre mulheres em idade reprodutiva em países da África Subsaariana: uma análise de decomposição.	2023	Estudo transversal com análise de decomposição utilizando dados DHS	Quantificar desigualdades socioeconômicas no uso de contraceptivos modernos e identificar fatores associados

SRIVASTAV A et al.	Desigualdades socioeconômicas no não uso de métodos contraceptivos modernos entre mulheres casadas na Índia.	2023	Estudo transversal com regressão logística multivariada	Identificar fatores socioeconômicos associados ao não uso de contraceptivos modernos
TAMPAH- NAAH et al.	Disparidades de residência e riqueza no uso de contraceptivos modernos entre mulheres em Gana.	2023	Estudo transversal com regressão logística	Avaliar desigualdades no uso de contraceptivos segundo residência e nível de riqueza
ARAÚJO et al.	Desigualdades socioeconômicas no uso de contraceptivos entre mulheres brasileiras: uma análise multinível estratificada por paridade.	2024	Estudo transversal com análise multinível	Investigar desigualdades socioeconômicas no uso de contraceptivos entre mulheres brasileiras, considerando o número de filhos
ASIF et al.	Acesso e conhecimento sobre métodos contraceptivos e necessidades não atendidas de planejamento familiar no Paquistão.	2024	Estudo transversal com análise descritiva e regressão logística multivariada	Avaliar a influência do acesso e conhecimento na necessidade não atendida de contracepção
DADZIE et al.	Desigualdades relacionadas à riqueza na utilização de métodos contraceptivos modernos em Papua Nova Guiné: evidências da DHS 2016–2018	2024	Estudo transversal com análise de desigualdade	Avaliar desigualdades relacionadas à riqueza no uso de contraceptivos modernos
HALLI et al.	Desigualdades geográficas e socioeconômicas na cobertura contraceptiva em Uttar Pradesh, Índia.	2024	Estudo transversal com análise espacial e de desigualdade	Examinar desigualdades geográficas e socioeconômicas na cobertura de contraceptivos
KAZIBWE et al.	Desigualdade no uso de métodos contraceptivos modernos e necessidade não atendida de contracepção entre mulheres em idade reprodutiva na Zâmbia: uma análise de tendência e decomposição (2007–2018).	2024	Estudo de tendência com análise de decomposição utilizando dados DHS	Analisar tendências e desigualdades no uso de contraceptivos e necessidade não atendida ao longo do tempo

<p>GALVÃO; LEÃO</p>	<p>A cobertura universal de saúde garante igualdade de acesso à contracepção? Desigualdades socioeconômicas no uso de contraceptivos em uma população jovem adulta no Porto, Portugal.</p>	<p>2025</p>	<p>Estudo transversal analítico com regressão logística</p>	<p>Investigar se a cobertura universal de saúde reduz desigualdades socioeconômicas no uso de contraceptivos</p>
<p>IBINAIYE et al.</p>	<p>Disparidades na necessidade não atendida de planejamento familiar: mulheres urbanas versus rurais no estado de Kano, Nigéria.</p>	<p>2025</p>	<p>Estudo transversal comparativo com regressão logística</p>	<p>Comparar a necessidade não atendida de planejamento familiar entre mulheres de áreas urbanas e rurais</p>

Fonte: Próprio autor

No que se refere ao perfil socioeconômico, os estudos evidenciaram que mulheres em situação de vulnerabilidade social são predominantemente caracterizadas por baixa escolaridade, baixa renda, inserção precária no mercado de trabalho e residência em áreas rurais ou periferias urbanas. Além disso, essas populações apresentam menor acesso a serviços de saúde e menor exposição a informações sobre planejamento familiar, o que contribui para a manutenção de desigualdades estruturais no acesso aos métodos contraceptivos (Srivastava *et al.*, 2023; Tampah-Naah *et al.*, 2023; Nyarko, 2020; Akinyemi *et al.*, 2022).

Em relação aos métodos contraceptivos, observou-se que mulheres com melhores condições socioeconômicas apresentam maior utilização de métodos modernos, incluindo métodos de longa duração, enquanto mulheres em situação de vulnerabilidade apresentam maior prevalência de não uso ou utilização de métodos menos eficazes. Estudos demonstram que essas diferenças estão associadas tanto ao acesso quanto à capacidade de escolha informada, sendo influenciadas por fatores como conhecimento, disponibilidade e qualidade dos serviços (Dadzie *et al.*, 2024; Araújo *et al.*, 2024; Asif *et al.*, 2024).

O impacto financeiro pode levar a métodos naturais ou meios mais modernos e reversíveis, como os anticoncepcionais orais e o DIU. Percebe-se que fatores como, localização geográfica também impactam esse cenário, pois mulheres das regiões Norte e Nordeste são mais submetidas à esterilização, refletindo desigualdades históricas e estruturais (Gonçalves *et*

al., 2019). Portanto, embora o Brasil ofereça gratuitamente métodos contraceptivos, muitas mulheres em idade reprodutiva não conseguem exercer plenamente o direito ao planejamento familiar, estimuladas por fatores socioeconômicos que dificultam o acesso a informações confiáveis e escolha de métodos eficazes (Trindade *et al.*, 2023). Tal realidade reforça a importância em compreender como os aspectos socioeconômicos impactam diretamente a autonomia reprodutiva e contribuem para desigualdades

A análise dos estudos revelou associação consistente entre variáveis socioeconômicas e a escolha dos métodos contraceptivos. A escolaridade mostrou-se fortemente associada ao uso de métodos modernos, enquanto a renda influenciou tanto o acesso quanto a continuidade do uso. Além disso, fatores como ocupação e inserção social também desempenham papel relevante, especialmente em contextos onde há desigualdades estruturais mais acentuadas (Fentie *et al.*, 2023; Halli *et al.*, 2024; Srivastava *et al.*, 2023).

No que diz respeito aos fatores mais influentes, destacaram-se a escolaridade, a renda e o acesso aos serviços de saúde como determinantes centrais. Esses fatores atuam de forma interdependente, influenciando diretamente a autonomia reprodutiva, o nível de conhecimento e a capacidade de decisão das mulheres, além de impactar a continuidade do uso dos métodos contraceptivos (Asif *et al.*, 2024; Fentie *et al.*, 2023; Ahinkorah *et al.*, 2020).

As desigualdades territoriais também foram amplamente evidenciadas, com menor utilização de métodos contraceptivos em áreas rurais e regiões periféricas. Essas diferenças estão relacionadas a barreiras geográficas, menor disponibilidade de serviços e profissionais de saúde, além de limitações estruturais dos sistemas de saúde (Ibinaiye *et al.*, 2025; Shabuz *et al.*, 2022; Nyarko, 2020).

Adicionalmente, adolescentes e mulheres jovens foram identificadas como grupos particularmente vulneráveis, apresentando maior necessidade não atendida de planejamento familiar, menor acesso a serviços de saúde e maior exposição a barreiras socioculturais, como estigmas e restrições familiares (Akinyemi *et al.*, 2022; Ahinkorah *et al.*, 2020).

Por fim, os estudos evidenciaram a persistência de necessidades não atendidas de planejamento familiar em diferentes contextos, mesmo em países com avanços na cobertura dos serviços, indicando que a disponibilidade de métodos contraceptivos não garante sua utilização efetiva, especialmente entre populações vulneráveis (Kazibwe *et al.*, 2024; Shabuz *et al.*, 2022; Asif *et al.*, 2024).

DISCUSSÃO

A discussão desta revisão permite compreender que os fatores socioeconômicos influenciam a escolha dos métodos contraceptivos de maneira complexa e multifatorial, atuando não apenas no acesso, mas também na capacidade de decisão, continuidade do uso e tipo de método utilizado. Esse padrão é consistente em diferentes contextos geográficos, indicando que as desigualdades em saúde reprodutiva possuem caráter estrutural e global (Blumenberg *et al.*, 2020; fentie *et al.*, 2023).

A escolaridade emerge como um dos principais determinantes da escolha contraceptiva, uma vez que está diretamente relacionada ao nível de informação, compreensão dos métodos disponíveis e autonomia na tomada de decisões. Estudos realizados em diferentes países demonstram que mulheres com maior escolaridade apresentam maior probabilidade de utilizar métodos modernos, enquanto aquelas com menor nível educacional enfrentam maiores barreiras relacionadas à desinformação e à baixa autonomia (Srivastava *et al.*, 2023; Dadzie *et al.*, 2024).

A renda, por sua vez, influencia tanto o acesso quanto a continuidade do uso dos métodos contraceptivos. Embora muitos países ofereçam métodos gratuitamente, os estudos indicam que persistem barreiras indiretas, como custos de deslocamento, tempo de espera e qualidade dos serviços, que impactam desproporcionalmente mulheres em situação de vulnerabilidade (Tampah-Naah *et al.*, 2023; Shabuz *et al.*, 2022).

As desigualdades territoriais também desempenham papel central, sendo evidenciado que mulheres residentes em áreas rurais ou periféricas apresentam menor acesso aos serviços de planejamento familiar. Essas desigualdades refletem limitações estruturais dos sistemas de saúde, incluindo distribuição desigual de recursos e menor cobertura da atenção primária (Ibinaiye *et al.*, 2025; Halli *et al.*, 2024; Nyarko, 2020). Além disso, o acesso à informação e ao conhecimento sobre métodos contraceptivos é um fator determinante para sua utilização. Estudos demonstram que mulheres com maior acesso a informações adequadas apresentam maior probabilidade de utilizar métodos modernos, reforçando a importância da educação em saúde (Asif *et al.*, 2024).

A vulnerabilidade de adolescentes e mulheres jovens destaca a necessidade de abordagens específicas, uma vez que esse grupo enfrenta barreiras adicionais relacionadas a

estigmas sociais, falta de educação sexual e dificuldades no acesso aos serviços de saúde, o que contribui para maior necessidade não atendida de planejamento familiar (Akinyemi *et al.*, 2022; Ahinkorah *et al.*, 2020).

A análise também evidencia que a escolha dos métodos contraceptivos está inserida em um contexto de desigualdades de gênero, no qual a autonomia feminina é frequentemente limitada por fatores sociais e culturais. Isso reforça que a decisão sobre o uso de contraceptivos não é exclusivamente individual, mas condicionada por relações de poder e normas sociais (Fentie *et al.*, 2023).

Mesmo em contextos de cobertura universal de saúde, como observado em estudos europeus, as desigualdades socioeconômicas persistem, indicando que a universalização dos serviços não garante equidade no acesso e utilização dos métodos contraceptivos (Galvão; Leão, 2025; Araújo *et al.*, 2024).

A persistência de necessidades não atendidas de planejamento familiar, evidenciada em diferentes países e contextos, reforça a existência de falhas estruturais nos sistemas de saúde e a necessidade de estratégias voltadas à equidade, especialmente para populações vulneráveis (Kazibwe *et al.*, 2024; Shabuz *et al.*, 2022).

Dessa forma, os achados desta revisão demonstram que os fatores socioeconômicos, especialmente escolaridade, renda e acesso aos serviços de saúde, exercem influência decisiva na escolha dos métodos contraceptivos, atuando de forma interdependente e contribuindo para a manutenção das desigualdades em saúde reprodutiva (galvão; leão, 2025; arújo *et al.*, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a influência dos fatores socioeconômicos na escolha de métodos contraceptivos por mulheres em situação de vulnerabilidade social. A partir da revisão integrativa da literatura, foi possível compreender de forma consistente a relação entre os determinantes sociais de saúde e o acesso, escolha e continuidade do uso de métodos contraceptivos, respondendo à questão norteadora proposta neste estudo e atendendo aos objetivos estabelecidos.

No que se refere aos objetivos específicos, foi possível descrever o perfil socioeconômico das populações analisadas, caracterizadas predominantemente por baixa escolaridade, baixa renda, inserção ocupacional precária e residência em áreas com menor acesso aos serviços de

saúde. Além disso, identificaram-se os métodos contraceptivos mais utilizados, evidenciando maior prevalência de métodos modernos entre mulheres com melhores condições socioeconômicas e maior ocorrência de não utilização ou uso de métodos menos eficazes entre aquelas em situação de vulnerabilidade.

A análise também permitiu verificar a associação entre variáveis como renda, escolaridade e acesso aos serviços de saúde com a escolha dos métodos contraceptivos, demonstrando que esses fatores atuam de forma interdependente. Entre eles, destacam-se a escolaridade e a renda como os principais determinantes, influenciando diretamente o nível de informação, a autonomia reprodutiva e a capacidade de decisão das mulheres.

Os resultados evidenciaram que níveis mais elevados de escolaridade estão associados à maior conhecimento sobre métodos contraceptivos e à realização de escolhas mais informadas e seguras. Em contrapartida, a baixa renda mostrou-se um fator limitante relevante, impactando tanto o acesso quanto a continuidade do uso adequado dos métodos disponíveis, mesmo em contextos de oferta gratuita.

Ademais, identificou-se que, embora o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibilize métodos contraceptivos de forma gratuita, ainda persistem barreiras relacionadas à qualidade da informação, ao acolhimento e à organização dos serviços de saúde, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social. Tais barreiras evidenciam que a disponibilidade dos métodos não é suficiente para garantir o acesso equitativo e a efetivação dos direitos reprodutivos.

Dessa forma, os achados deste estudo reforçam que a escolha do método contraceptivo não se configura apenas como uma decisão individual, mas como um processo fortemente influenciado por fatores sociais, econômicos, culturais e estruturais. Esse cenário contribui para a manutenção das desigualdades em saúde reprodutiva e evidencia a necessidade de abordagens mais integradas e equitativas.

Nesse sentido, destacam-se importantes implicações para a prática em saúde e para a formulação de políticas públicas, indicando a necessidade de fortalecimento das ações voltadas à promoção da equidade no acesso ao planejamento familiar, ampliação da cobertura e qualificação dos serviços de saúde, além do investimento em estratégias de educação em saúde que considerem as especificidades das populações vulneráveis.

Ressalta-se, ainda, o papel fundamental do profissional de enfermagem como agente estratégico na promoção da saúde reprodutiva, atuando por meio da orientação qualificada, escuta ativa, acolhimento e construção de vínculo, contribuindo para a tomada de decisões informadas e para a redução das desigualdades no acesso aos métodos contraceptivos.

Como limitação deste estudo, destaca-se o uso exclusivo de revisão integrativa da literatura, com recorte temporal definido e dependente da disponibilidade de estudos publicados, além da predominância de estudos transversais, o que limita a análise de causalidade entre as variáveis investigadas. Tais aspectos podem restringir a generalização dos achados e apontam para a necessidade de cautela na interpretação dos resultados.

Dessa forma, sugere-se a realização de estudos futuros, especialmente pesquisas de campo com abordagens qualitativas e quantitativas, que possibilitem aprofundar a compreensão das vivências, percepções e barreiras enfrentadas por mulheres em diferentes contextos de vulnerabilidade social, bem como investigações que explorem a influência de fatores culturais e de gênero de maneira mais aprofundada.

Por fim, consideramos que a redução das desigualdades socioeconômicas constitui elemento central para a garantia dos direitos reprodutivos e para a promoção da autonomia das mulheres. Nesse contexto, torna-se imprescindível o desenvolvimento de estratégias intersetoriais que integrem acesso, informação, cuidado humanizado e fortalecimento das políticas públicas, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais equitativo e resolutivo.

REFERÊNCIAS

1. AHINKORAH OP, et al. Socio-economic and demographic predictors of unmet need for contraception among young women in sub-Saharan Africa. 2020.
2. AKINYEMI AI, et al. Socioeconomic inequalities and family planning utilization among female adolescents in urban slums in Nigeria. 2022.
3. ARAÚJO FG, et al. Socioeconomic inequalities in contraceptive use among Brazilian women: A multilevel analysis stratified by parity. 2024.
4. ARAÚJO FG, ABREU MNS, FELISBINO-MENDES MS. Mix contraceptivo e fatores associados ao tipo de método usado pelas mulheres brasileiras. *Cadernos de Saúde Pública*, 2023; 39(8): 1-15.

5. ASIF MF, et al. Access and knowledge of contraceptives and unmet need for family planning in Pakistan. 2024.
6. BLUMENBERG C, et al. Socio-demographic and economic inequalities in modern contraception in low- and middle-income countries. 2020.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Brasília, 2004.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao planejamento reprodutivo. Brasília, 2013.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde sexual e reprodutiva. Brasília, 2023.
10. BUSS PM, PELLEGRINI FILHO A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, 2007; 17(1): 77-93.
11. DADZIE LK, et al. Wealth-related inequalities in utilisation of modern contraceptives in Papua New Guinea. 2024.
12. FENTIE ED, et al. Socioeconomic inequality in modern contraceptive utilization among women in sub-Saharan Africa. 2023.
13. FERREIRA HLOC, et al. Determinantes sociais da saúde e sua influência na escolha do método contraceptivo. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 2019; 72(4): 1101-1108.
14. FIOCRUZ. Determinantes sociais da saúde. 2025.
15. GALVÃO J, LEÃO T. Does universal healthcare coverage ensure equal access to contraception? 2025.
16. GONÇALVES TR, et al. Desigualdades sociais no uso de contraceptivos. *Revista de Saúde Pública*, 2019; 53: 28.
17. HALLI SS, et al. Geographic and socioeconomic inequalities in contraceptive coverage in India. 2024.
18. IBINAIYE T, et al. Disparities in unmet need for family planning in Nigeria. 2025.
19. IPEA. Vulnerabilidade social no Brasil. 2018.
20. KAZIBWE J, et al. Inequality in modern contraceptive use in Zambia. 2024.
21. MENDES KDS, SILVEIRA RCCP, GALVÃO CM. Revisão integrativa: método de pesquisa. *Texto & Contexto Enfermagem*, 2008; 17(4): 758-764.
22. NYARKO SH. Spatial variations and socioeconomic determinants of modern contraceptive use in Ghana. 2020.

23. OMS. Educação sexual e reprodutiva. 2010.
24. OMS. Acesso universal à saúde sexual e reprodutiva. 2024.
25. ONU. Relatório sobre vulnerabilidade social. 2016.
26. OSAWA CR, et al. Fatores socioeconômicos e saúde da mulher. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 2023.
27. SHABUZ ZR, et al. Link between unmet need and economic status in Bangladesh. 2022.
28. SRIVASTAVA S, et al. Socio-economic inequalities in non-use of modern contraceptives among women in India. 2023.
29. TAMPAH-NAAH A, et al. Wealth disparities in contraceptive use among women in Ghana. 2023.
30. WHITEHEAD M, DAHLGREN G. Concepts and principles for tackling social inequities in health. 2006.